



1ª 08 02 2018

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE), REALIZADA EM TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

5 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às doze horas, no Auditório II, do *campus* Maracanã do CEFET/RJ, foi realizada a sexta sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), presidida pelo Sr. Diretor Geral, Prof. Carlos Henrique Figueiredo Alves, à qual compareceram os conselheiros: Carla Loures, Luane Fragoso, Frederico F. Oliveira, Jair M. Junior, João T. Dias, Diego Carvalho, Inessa L. Salomão, Liliane da Costa Dias, Luiz Claudio Rodrigues, Pedro Manuel Pacheco, Tiago Siman Machado, Manuel J. de C. Lourenço, José Artur Mussi, Dayse Haime Pastore, Rosana Dischinger Miranda, Antonio M. Brito Feres, Camila S. Pinho, André A. G. Couto, Elton Luis dos S. Gomes, Bianca T. F. de Moraes, Guilherme Vargas Cruz, Alberto Boscarino Junior e Maria Alice Caggiano. No **Expediente Inicial**, o Sr. Presidente levou à apreciação dos conselheiros a ata 5ª sessão ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, procedeu a posse do conselheiro Jair Medeiros Junior, representante do CONEX. Dando início à Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou uma inversão de pauta, sugerindo começar a discussão pelo item **2.2 Jubilamento**. Com o consentimento dos conselheiros, o Sr. Presidente explicou que havia dezenas de processos, já julgados pela CADD, aguardando parecer final. Sugeriu a formação de uma Comissão para analisá-los e emitir os pareceres. A comissão foi formada pelos conselheiros: Tiago Siman (presidente), Luane Fragoso e Guilherme Cruz. Passando ao item **2.2 Abertura de Cursos**, o Sr. Presidente solicitou a retirada do curso Engenharia de Energia (bacharelado) da pauta, alegando que ainda iriam definir onde o mesmo seria implementado. Todos concordaram. Em seguida, convidou o Prof. Hilário Gonçalves para apresentar o projeto do curso de **Física (bacharelado)**. Finalizada a apresentação, o conselheiro João Dias, baseado nos pareceres enviados, perguntou como ficaria a questão de orçamento e contratação de docentes. O Prof. Hilário Gonçalves explicou que no início de 2018 não haveria orçamento disponível, porém, como o início do curso estava previsto para o segundo semestre, entendeu que não haveria problema. Ressaltou que a coordenação já possui certa estrutura, que precisa de modernização, porém com o espaço suficiente. Disse também que os equipamentos necessários poderiam ser adquiridos ao longo de três anos. Com relação à contratação de docentes, o Prof. Hilário Gonçalves explicou que tal contratação seria necessária, mas que fariam um planejamento. Com relação aos pareceres da DIRAP, a conselheira Inessa Salomão explicou que os mesmos foram emitidos entre junho e outubro de 2017, na época que as instituições federais haviam recebido a proposta orçamentária anual, sem recursos para investimentos. Esclareceu que, posteriormente, houve um novo posicionamento do governo, que distribuiu uma quantia modesta de recursos. Advertiu que não há garantias para investimentos, visto que não há LOA para 2018. O Sr. Presidente alegou que o curso de física serviria de apoio para outros cursos da instituição. Disse também que os laboratórios de engenharia precisam de investimento, independente da abertura do curso. Garantiu que a abertura traria pouco ônus à instituição. Esclareceu também que a contratação de docentes não traria impacto no momento, pois como homogeneizaram a entrada para 40 alunos, os cursos de base já estão discutindo a entrada de novos docentes. Em seguida, colocou o projeto em votação, sendo o mesmo aprovado com 01 abstenção. Logo após, o Sr. Presidente colocou o projeto do curso de **Matemática**

6



(licenciatura) em discussão. O conselheiro Guilherme Cruz advertiu que não havia parecer de todos os setores. O conselheiro Frederico Oliveira esclareceu que o projeto tramitou por todos os setores e chefias locais, além de ter sido discutido no CONPUS. Ressaltou que o projeto não teria seguido para o CONEN antes dessas etapas. Em seguida, o conselheiro fez apresentação do projeto. O conselheiro Renato Lana mostrou-se preocupado com a questão das contratações, mediante do cenário de congelamentos que as instituições vêm enfrentando. O Sr. Presidente observou que existe um compromisso institucional, ditado pelo PDI, aprovado tanto no CEPE, quanto no CODIR e que deve ser seguido. Ressaltou que não existe a necessidade de sobrecarregar ninguém e que todos devem caminhar juntos com a instituição, trabalhando por ela. Esclareceu que o CEPE só julga o mérito, mas a condições de funcionamento são determinadas pelo CODIR. Em seguida, colocou o projeto em votação, sendo o mesmo aprovado com quatro abstenções. Logo depois, deu início à discussão os projetos dos cursos do *campus* Maria da Graça. O conselheiro Alberto Boscarino apresentou o projeto do curso de **Sistema de Informação** (bacharelado), colocando-se à disposição para esclarecimentos. A conselheira Deise Pastore perguntou como iriam abrir quatro cursos sem precisar contratar novos docentes. O conselheiro Alberto Boscarino explicou que o *campus* Maria da Graça funcionava com concomitância externa e, nessa época, a carga dos docentes era completa. Porém, os cursos de concomitância externa estão sendo extintos e muitos docentes ficando com pouca carga horária. Ressaltou que os laboratórios já estão montados e o impacto financeiro seria ínfimo. Observou que o curso de Sistemas de Informação já possui base para operar, com espaço físico disponível, que está sendo subutilizado. O Sr. Presidente alertou que era preciso analisar a demanda e o turno que os cursos seriam ofertados. O conselheiro Alberto Boscarino informou que os cursos seriam ofertados no turno da noite. O conselheiro Diego Carvalho alertou que era preciso ter cuidado para não haver docentes fazendo três turnos, proibido por lei. Considerando que o *campus* Maria da Graça funciona, atualmente, nos turnos manhã e tarde, a conselheira Camila Pinho perguntou como ficaria a estrutura para funcionamento dos novos cursos noturnos. O conselheiro Alberto Boscarino informou que haviam conversado com alguns servidores e estão buscando uma organização. A conselheira Camila Pinho, preocupada com o comprometimento da estrutura já existente, perguntou se os terceirizados seriam remanejados. O conselheiro Alberto Boscarino afirmou que a estrutura não seria comprometida, que estão revendo os contratos e que já havia terceirizados interessados em mudar o horário. O Sr. Presidente alertou que não há verba para aumentar o número de terceirizados. Em seguida, colocou o projeto em votação, sendo o mesmo aprovado com três abstenções. Logo após, o Prof. Péricles Azevedo apresentou o projeto do curso de **Petróleo e Gás** (subsequente). O conselheiro Antônio Miguel relatou que os cursos subsequentes enfrentaram muitos problemas no *campus* Maracanã, mas estão sendo muito procurados. Ponderou que é preciso analisar a estrutura. O conselheiro Pedro Pacheco perguntou como se daria a utilização dos laboratórios do *campus* Maracanã e a parceria com empresas. O Prof. Péricles Azevedo explicou que haveria empresas parceiras, interessadas em investir em laboratórios. Ressaltou que nada seria feito sem a anuência da Direção Geral e do CEPE. Informou que o *campus* Maria da Graça já possui 70% dos laboratórios que precisa, por isso a ideia de integrar com o Maracanã. O conselheiro Pedro Pacheco mostrou-se preocupado com tantos pareceres desfavoráveis. O Prof. Péricles Azevedo alegou que há uma tendência, no *campus* Maria de Graça, de reprovarem todos os projetos elaborados por ele e pelo

6



95 Prof. Júlio. O conselheiro Alberto Boscarino explicou que, diferente dos outros cursos, o
projeto em discussão não foi totalmente aprovado, tendo 5 votos favoráveis, 2
desfavoráveis e 3 votos desfavoráveis com ressalvas de que não há documentos que
100 comprovem a garantia de investimentos por parte de empresas, como mencionado. O
conselheiro Luiz Rodrigues alertou que, pelo catálogo do MEC, seria necessário um
laboratório que não existe nem no Maracanã, nem em Maria da Graça. E, seguida, o Sr.
Presidente colocou o projeto em votação, sendo reprovado com: 12 votos contra, 3
abstenções e 2 favoráveis. Diante disso, o Sr. Presidente sugeriu que o projeto fosse
readequado e encaminhado ao CONPUS novamente. Seguindo, o Sr. Presidente colocou
o projeto do curso de **Sistemas de Energias Renováveis** (subsequente) em discussão.
105 Os professores Adriano Souza e Sebastião Rocha apresentaram o projeto. O conselheiro
Antônio Miguel observou que a SAPED apresentou um parecer desfavorável quanto à
acessibilidade e perguntou a razão, visto que a unidade oferece cursos técnicos. O
conselheiro Alberto Boscarino afirmou que o problema de acessibilidade afeta toda rede
CEFET e estão tentando resolver. Em seguida, o Sr. Presidente colocou o projeto em
110 votação, sendo o mesmo aprovado com 2 abstenções. Logo após, o conselheiro Alberto
Boscarino apresentou o projeto do curso de **Segurança do Trabalho** (subsequente),
ressaltando que o *campus* já oferta o curso de segurança na modalidade integrado e que
já possui toda a estrutura necessária. Não havendo questionamentos, o Sr. Presidente
colocou o projeto em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passando ao
115 item **2.3 Calendário do CEPE 2018**, foi acordado as seguintes datas: 08/02, 29/03, 26/04,
07/06, 30/08, 27/09 e 22/11. Com o calendário aprovado, o Sr. Presidente passou ao
Expediente Final, 3.1 **Assuntos Diversos**. O conselheiro José Artur solicitou maior
reforço na segurança, principalmente na Rua General Canabarro, onde ocorre um grande
número de assaltos. O Sr. Presidente informou que o CEFET participa de reuniões
120 mensais com a Polícia Militar, nas quais o Prof. José Cláudio representa a instituição.
Disse que iria passar a solicitação a ele. O conselheiro Frederico Oliveira lembrou a
questão das Comissões para Capacitação Docente e relatou que alguns documentos no
campus Petrópolis necessitam das comissões para tramitar. Observou também que o
campus possui um grande número de docentes recém-contratados e depende disso para
125 liberá-los para capacitação. O conselheiro Guilherme Cruz observou que alguns *campi*
não possuem motoristas, o que dificulta o deslocamento de alguns conselheiros, de
unidades mais distantes. O Sr. Presidente informou que esses conselheiros poderiam
solicitar meia diária. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e
agradeceu a presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim,
130 Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente, Carlos
Henrique Figueiredo Alves.